

DOSSIÊ

**Rio, Capital do Mundo:
por uma história dos
grandes eventos
internacionais**

Apresentação

Christian Lynch

Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e presidente do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Editor da Revista Insight Inteligência.

Pedro Marreca

Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Mestre em História Social da Cultura pela PUC-RIO. Gerente de Pesquisa do Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Muito já se falou e escreveu do golfo de Nápoles, muito do semicírculo que Constantinopla com sua religião e natureza orientais oferece ao admirado viajante; muito da magnificência do Tamisa e do Tejo, de Copenhague no Belt e de Estocolmo no lago Melar; mas nada disso não vale a entrada do Rio de Janeiro pela baía da Guanabara [...]. Todos sabemos que a natureza é vaidosa: ela se enfeita de flores e de verde folhagem, e gosta de mirar-se com satisfação no espelho do córrego ou do oceano. Mas em parte alguma ela mostra em mais alto grau do que aqui está qualidade, tão inocente e encantadora, que se não pode considerá-la como defeito. Silenciosas

estávamos no convés, em bem-aventurado encantamento, como se um relâmpago nos houvesse carregado de leve magnetismo, a boca não tinha palavras, só as mãos, que mutuamente apertávamos em adoração sem palavras, vibravam convulsas sob a pressão amistosa do entusiasmo e da despedida. É a festa divina da natureza: até os marinheiros tinham furtiva lágrima nos olhos. Quem nunca viu o porto do Rio de Janeiro, não tem autoridade para criticar semelhante sentimento. Não se pode analisar a impressão global, aqui não cabe o despotismo das minudências (Carlos Seidler, 1826).

Desde seus primórdios, a ciência política tem reconhecido o espaço físico onde o poder se acha localizado como uma variável relevante para o desempenho do governo em geral e da democracia em particular. O lugar onde a ação política acontece é fundamental para o exercício do poder: ele modela o comportamento dos atores, serve de compasso ao sentido de suas ações, é o palco onde elas ocorrem e afeta suas consequências e resultados. A politização da arquitetura e do espaço urbano pode ser identificada em três grandes níveis: o da arquitetura como símbolo da identidade nacional; como expressão de um regime político; e como resultado do desenvolvimento político e processos correlatos.

As capitais nacionais, em especial, são espaços de poder relevantes por excelência, onde decisões políticas cruciais de um país são tomadas. Seu ambiente arquitetônico ou urbanístico pode favorecer ou prejudicar a fiscalização ou contestação por parte da sociedade civil, contribuindo para a expressão da democracia. Por ser um aspecto visível, material, espacial das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade, a capital não pode ser estudada isoladamente de seu contexto histórico, das condições sociais e econômicas e políticas onde se situa. Arquitetura e desenho urbanos foram instrumentos a serviço da política, com o objetivo de sancionar o exercício do poder pelo líder e promover a contínua subordinação ou aquiescência dos excluídos.

Os desenhos dos espaços dedicados ao poder em uma capital, assim como sua própria localização, tornam evidentes as estruturas de poder em cada

sociedade. Há três tipos de capitais modernas. A primeira delas seria a “evolucionária”, ou seja, das cidades que se desenvolveram e se tornaram capitais de modo mais ou menos orgânico, como Londres, Paris, Viena e Berlim. Esse foi o caso do Rio de Janeiro, desde 1808 como capital formal, e desde 1960-1970, como capital simbólica. Em um longo casamento de quase dois séculos com a nacionalidade, o Rio de Janeiro tem servido ao Brasil como seu maior símbolo em todas as circunstâncias: na alegria e na tristeza, na saúde e na doença. É sua principal cidade turística; a segunda em renda e população; seu principal polo universitário e de ciência e tecnologia. Por isso, tem sido sempre escolhida como “sala de visitas” do país nos mais importantes eventos internacionais por ele sediados, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), em 1992; os Jogos Pan-Americanos, em 2007; a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012; foi sede do comitê organizador da Copa do Mundo de 2014, abrigando a partida final e a cerimônia de encerramento; a integralidade dos Jogos Olímpicos de 2016; agora, o encontro do G20.

Como se percebe, o Rio de Janeiro não é uma metrópole comum, nem um estado como os outros do Brasil. Na condição de vitrine da nacionalidade, tudo o que nela se passa ecoa no restante do país e afeta sua imagem no mundo. Se Brasília é desde 1960 a *capital federal*, entendida como um espaço neutro em relação ao conjunto de estados que compõem a União, o Rio de Janeiro segue percebido dentro e fora do país como a única *capital nacional* do Brasil. Não está identificada com uma parte ou região do país, perfeitamente definida em sua identidade, como São Paulo, Porto Alegre, Belém ou Recife. Também não se limita à condição de campo neutro entre elas, como Brasília. Trata-se, diversamente, de um lugar onde aquelas partes se reúnem para produzir uma unidade, na forma de uma síntese do conjunto.

Governado o Brasil de Lisboa desde os primórdios da colonização, a partir de 1808, em virtude da transmigração da Corte, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira capital do Brasil propriamente dito. A atual capital do estado do Rio de Janeiro foi também capital do Vice-Reino de 1763 a 1808; do Reino Unido de 1808 a 1822; do Império de 1822 a 1889; da República de 1889 a 1960. Por 203 anos foi capital oficial do Brasil e, até muito recentemente, sua única “metrópole nacional”. Sua centralidade decorreu do fato de ter

sido, desde a origem, porto, centro de logística, da articulação política e da cultura nacional. Nessa qualidade, ela exerceu um papel fundamental na construção do imaginário de unidade nacional, simbolizando o país como um todo. Desse fato decorreu seu atributo único e não compartilhado por nenhuma outra cidade brasileira até a consolidação de Brasília: aquele de capitalidade, cuja função é a de representar a unidade e síntese da nação.

Elemento até hoje fundamental da identidade política do Rio de Janeiro, a capitalidade se manifesta de diferentes maneiras ao longo da história. Nas páginas que compõem o dossiê *Rio, Capital do Mundo: por uma história dos grandes eventos internacionais*, o leitor encontrará artigos que expressam essa vocação para abrigar importantes eventos históricos e projetar a imagem do Brasil para o mundo. O presente dossiê será dividido em duas edições, cada uma contendo cinco artigos e a publicação de um documento que se encontra sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

O artigo *Rio Capital do Mundo: dois séculos de história*, de autoria de Lucas Padilha e Elizeu Santiago, abre a primeira edição com uma análise da vocação internacionalista da cidade do Rio de Janeiro e suas transformações desde a fundação (1565), passando pela chegada da corte portuguesa e pelo estabelecimento do Rio imperial (1808-1889), até a realização dos mais significativos eventos da era republicana (1889-2024). A partir de uma interpretação original, o trabalho apresenta momentos fundamentais, porém pouco conhecidos, para a construção da tese da centralidade carioca no cenário internacional.

A seguir, Raphael Soares Mioti, em *Exposição Nacional de 1908: o abre-alas carioca na passagem da capital federal à cidade maravilhosa*, reflete sobre o cenário político-cultural carioca no início do século XX a partir da análise da Exposição Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Abertura do Portos do Brasil. O autor propõe que, a partir das reformas urbanas e dos grandes eventos da capital, o regime republicano se utilizou da cidade do Rio como ferramenta político-ideológica para legitimar, nacional e internacionalmente, a ordem oligárquica vigente.

Niuxa Dias Drago, no artigo *A Avenida das Nações na Exposição do Centenário da Independência do Brasil (1922)*, reflete sobre a participação estrangeira

na principal exposição internacional realizada durante a Primeira República a partir da análise da arquitetura dos pavilhões dispostos na Avenida das Nações (nome dado à Avenida Presidente Wilson durante o funcionamento do evento). A autora demonstra como, num momento de nacionalismos exacerbados, o estilo arquitetônico adotado por cada um dos países participantes da exposição tinha como objetivo afirmar a nacionalidade por meio da projeção de uma imagem que conciliava tradição e progresso técnico.

A Exposição do Centenário da Independência na Projeção Internacional do Rio de Janeiro, de Isabel de Souza Lima Junqueira Barreto, parte da análise de relatos estrangeiros acerca do evento para demonstrar como a repercussão externa contribuiu na construção, hoje plenamente difundida, da imagem do Rio como uma das mais belas cidades do mundo. Chama a atenção o levantamento de uma série de documentos pouco abordados pela historiografia - relatos de estrangeiros e matérias jornalísticas, com destaque para as reportagens sobre a missão diplomática da embaixada brasileira em Washington -, que foram então mobilizados na promoção da imagem da cidade do Rio durante a Exposição.

Em seguida, o trabalho de Sebastião Guedes Batista Neto, *Do Morro ao Aterro: uma análise sobre a Feira Internacional de Amostras e a formação urbana da Esplanada do Castelo (1930-1940)*, aborda um evento de grandes proporções, porém pouco estudado na academia. Instalado no mesmo sítio onde se localizou a Exposição de 1922, este foi o principal evento internacional realizado no Brasil por mais de uma década. O artigo cumpre a importante função de resgatar a memória da Feira de Amostras, evidenciando como o seu funcionamento alterou profundamente o cotidiano e a paisagem carioca.

Encerra o primeiro volume deste dossiê uma análise documental da planta do pavilhão de Caça e Pesca que integrou a Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922. Pedro Higino da Costa Vianna analisa como a arquitetura neocolonial do pavilhão sincretiza influências estéticas exógenas com um desejo de afirmação de uma identidade nacional.

Por fim, cumpre agradecer a participação de todos os autores, pareceristas

e ao corpo técnico do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em suas contribuições fundamentais para a publicação deste número. Importante ressaltar que o próximo volume do dossiê dará continuidade às reflexões sobre a capitalidade e os grandes eventos internacionais sediados na cidade do Rio desde a segunda metade do século XX até os dias atuais.